

A CERÂMICA DE AVEIRO NO SÉCULO XVIII: das Olarias à Fábrica de «Louça Fina»*

Por **Inês Amorim**

Resumé

Les objectifs de cet article sont: chercher les origines de cette unité, décrire son environnement national et, en particulier, son environnement local; étudier les figures sociales des propriétaires, les intérêts mercantiles et industriels; finalement, tenter de comprendre la transition entre unités artisanales et la petite manufacture.

Abstract

The purpose of this paper are: to try to find the origins of this unit, the national context and, in particular, the local context; to study the social profile of owners, industrial and commercial interests; finally, to try to understand the transition between artifact units and small manufacturing.

O interesse primeiro desta abordagem será o de tentar estabelecer relações entre a instalação de uma fábrica de louça e um contexto de familiaridade com o trabalho artesanal do barro, vermelho ou branco e, se possível, articular com o surgimento, posterior, de múltiplas fábricas,

* Trabalho realizado no âmbito do Projecto PCSH/C/HIS/108/95, «Estruturas sócio-económicas e industrialização no Norte de Portugal» (sécs. XIX-XX).

Siglas: AA — Alfândega de Aveiro; ADA — Arquivo Distrital de Aveiro; «ADA» — Revista O Arquivo do Distrito de Aveiro; AHMOP — Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas; AMA — Arquivo Municipal de Aveiro; ANTT — Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Cx — Caixa; IGC — Instituto Geográfico e Cadastral; JC — Junta do Comércio; LV — Livro de Vereações; SN — Secção Notarial.

em Aveiro e Ílhavo (a fábrica da Vista Alegre). Com efeito, a história das manufacturas interessa-se pela forma como um ofício, sabedoria feita de experiência e arte, transmitida por tradição, se transforma numa «fábrica» com um significado comercial bastante mais amplo, tendendo a substituir a tradição pela inovação num processo lento, certamente resultado de combinações múltiplas¹.

Algumas vertentes serão aqui equacionadas. Por um lado, o enquadramento local, ligado a uma conjuntura regional específica e a um espaço — a cidade de Aveiro; por outro, a existência de uma conjuntura nacional, com novos horizontes comerciais, proporcionados por uma intervenção do Estado Pombalino, imbuído dum programa industrial (1769-1777): enquadramento jurídico, incentivos fiscais, financiamentos². Tentar-se-á avaliar até que ponto as iniciativas estatais foram precedidas ou encontraram condições favoráveis à aplicação das suas linhas programáticas. E então, questionaremos até que ponto tais iniciativas, organizadas, institucionalizadas, puseram em causa uma tradição artesanal, a excluíram ou com ela coabitaram³.

1 — Factores de implantação da Fábrica de «Louça Fina»

Distinguimos aquilo que são factores mais próximos, locais, e aqueles que se entrosam com um contexto nacional. No primeiro caso refira-se:

Um espaço familiarizado com a cerâmica: barro, cal, e cerâmica

As características geológicas da beira-mar condicionaram a bacia de materiais. Em Aveiro, havia que usar os que estavam mais próximos: o calcário, o barro, os seixos rolados do mar. Estes, numa argamassa consistente, serviam de suporte à construção⁴: eram tijolos, secos ao sol

¹ Cf. ORTIGUE, Edmond — *Une histoire des fabriques, pourquoi?*, in «Etudes Rurales», n.93-94, 1984, p. 241

² Cf. PEDREIRA, Jorge Miguel — *Estrutura industrial e mercado colonial, Portugal e o Brasil (1780-1830)*, Linda-a-Velha, Difel, 1994, p.48-49, 60.

³ Questão colocada por WORONOFF, Denis — *Histoire de l'industrie en France du XVI à nos jours*, Paris, Seuil, 1994, p. 144.

⁴ Cf. SILVA, Maria João V.B.M. da — *Aveiro Medieval*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1991, p. 46. Esses tijolos seriam provavelmente o material que os higienistas de princípios do séc. XX referem relativamente às construções da cidade de Aveiro «*usam-se uns paralelepípedos de cal e areia — adobes — que se unem e cobrem com argamassa*»: SOARES, José — *A Hygiene d'Aveiro*, Porto, Imprensa Civilização, 1904, p.64.

e depois cozidos em fornos, utilizados mesmo em construções notáveis como o Mosteiro de Jesus⁵.

Também para a construção civil se produzia ladrilho e telha. Os oficiais destes centros de olaria dependiam dos «artistas», dos oleiros de roda, tal como o regimento contemplava⁶. Estes artífices, reconhecidos na toponímia da cidade («Bairro das Olarias, Travessa das Olarias, Barreiras»)⁷, e prestigiados através das manifestações públicas, as procissões do Corpo de Deus⁸, multiplicavam a sua actividade no fabrico de objectos domésticos, ou de uso corrente (no sentido actual da palavra: cozinhar, servir — pratos, tijelas, panelas, ou mesmo decorar — mealheiros, peças pintadas ou encrespadas), vasilhas para armazenamento (potes de almude de 17 litros, e alquidares de 4 alqueires), utensílios ao serviço de outros ofícios (alcatruzes para noras, talhadores para açougues, bacias para sangrador)⁹. Alguns ainda, manifestaram-se hábeis e anónimos confeccionadores de presépios consagrados¹⁰.

À volta de Aveiro, as terras barrosas permitiam uma série de actividades: a extração de cal, fabrico de telha e tijolos e uma gama de artigos de uso corrente, um pouco por toda a parte. Em Eixo (1722), é conhecida a tradição de fabrico de telha e tijolo¹¹. Entre Sosa, Oiã, Mamarrosa e Oliveira do Bairro, adensam-se as unidades de exploração de barro, cal e fabrico de telha e adobes. Da primeira freguesia, a partir do rio Boco e sua comunicação com a Ria, grande número de barcos transportavam entre vinho, feijão e arroz, a cal e o barro para olarias «de

⁵ Cf. SILVA, M.^a João Violante Branco Marques — *Aveiro Medieval...*, o.c., p. 45.

⁶ AMA-LV, n. 6, f. 74-1727. Esta distinção funcional entre oleiros de roda e de materiais de construção, estes dependentes dos primeiros, era semelhante ao que se passava noutras cidades, nomeadamente em Coimbra. Nesta conhece-se o Regimento de 1569, repetido em 1623, acerca duma distribuição funcional e profissional da arte: barro de S. Martinho do Bispo só para telha e tijolo; barro branco de Trouxemil e Póvoa de Bordalo, para artigos mais finos, como de lê em MELLO, Adelino António das Neves — *Apointamentos para a História da Cerâmica em Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1886, p. 24 a 32.

⁷ IGC, carta n. 390 «Planta da cidade de Aveiro», provavelmente elaborada entre 1771 e 1774.

⁸ Cf. MADAHIL, A. da Rocha — *Milenário de Aveiro. Colectânea de Documentos Históricas*, v. 2, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1959, p. 26 a 28.

⁹ AMA-LV, n. 6, f. 74 «Regimento de 1727».

¹⁰ Cf. NEVES, Amaro — *Barristas Aveirenses*, Aveiro, Fedrave, 1992, p. 29.

¹¹ Cf. VIEIRA, Dr. Venâncio Dias de Figueiredo — *Memória sobre a Vila de Eixo [1868-1869]*, in «Boletim Municipal de Aveiro», n. 3, Aveiro, Ed. Câmara Municipal de Aveiro, 1984, p. 43.

Ovar e Porto»¹². Mesmo junto a Aveiro, havia em Aradas o tradicional fabrico de louça preta de barro, pelo menos até meados de XIX, preferida à de ferro¹³. Um pouco mais a sul, em Vagos, como forma subsidiária de equilíbrio do orçamento familiar, existiam algumas oficinas de olaria¹⁴. Em Ovar, formou-se um importante centro produtivo, sobretudo a partir de finais do séc.XVIII, inícios de XIX¹⁵.

A esta familiaridade com o barro, de qualidade e abundante, junta-se a circulação de madeiras, achas, energia fundamental, abundantes em redor de Aveiro: da terra da Feira¹⁶, de Ílhavo¹⁷, chegando a sair, barra fora, em direcção a Lisboa, alimentar a breve existência da Fábrica de Vidros de Coina¹⁸.

A produção distribuía-se em várias direcções. Aveiro configurava-se como núcleo receptor e distribuidor, em contacto com o litoral através da Barra, apesar de todas as dificuldades estruturais por que esta passa:

— localmente a tradicional Feira de Marçõ naturalmente que

¹² Cf. D'ALMEIDA, M. — *Soza e as suas gentes, da Idade Média aos nossos dias*, Soza, 1984, p. 45. MOTA, Armor Pires — *Oiã, Terras e Gentes*, Anadia, Associação de Jornalistas e Escritores da Bairrada, 1991, p.80-81. Id. — *Mamarrosa Milenária*, Mamarrosa, Junta de Freguesia, 1993, p. 172-173. OLIVEIRA, António — *Apontamentos sobre a produção de cal em Oliveira do Bairro*, in «ADERAV», n. 18, Novembro de 1990, p. 21 e 22.

¹³ Cf. NEVES, Francisco Ferreira — *A Memória sobre Aveiro do Conselheiro José Ferreira de Cunha e Sousa*, in «ADA», v. 6, Aveiro, 1940, p. 259.

¹⁴ Cf. VILAS-BOAS, J.S. Paes de — *A região de Aveiro e as olarias*, in «ADA», v. 12, 1946, p. 33 a 39.

¹⁵ Os Inquéritos promovidos pela Coroa em 1788 e 1814, não fazem referência a este núcleo. No entanto, em 1801, uma «Descrição da Comarca da Feira», indica para esta vila e apenas para esta no conjunto das que constituíam a Comarca, um grupo de 35 oleiros, como se pode ler em AMORIM, Inês — *Descrição da Comarca da Feira — 1801*, in «Revista de História», 2.ª S, v. 11, Porto, Faculdade de Letras, 1994, p. 227 a 285. Entretanto, um «Mapa de todas as Fábricas que se acham estabelecidas no Distrito da Vila de Ovar», datado de 1815-1817, refere os nomes dos proprietários de «fábricas de louça vermelha», em número de 19, chamando-lhes «mestres», acrescentando 21 oficiais, indicando a Beira Baixa e Alta, Porto e Minho como locais de consumo: AHMOP, JC, n. 12.

¹⁶ Refere o «aranzel», ou seja, a relação de bens e rendas sujeitos a sisas, o preçário sobre a lenha e madeira proveniente da Terra da Feira: NEVES, Francisco Ferreira — *Subsídios para a História Económica de Aveiro no século XVII. Dois aranzéis das sisas e taxas cobradas pela Câmara*, in «ADA», v. 37, Aveiro, 1971, p. 45.

¹⁷ Cf. GOMES, Marques — *A Vista Alegre. Memória Histórica*, Aveiro, Minerva Central, 1924, p. 37 e 38.

¹⁸ Entre 1742 e 1743 saíram 9600 achas destinadas à Real Fábrica de Vidros de Coina: AMA, Alfândega, n. 83. Em início do séc. XIX, anos de 1805 e 1806, saía lenha para Lisboa, Viana, Figueira e Ericeira: ANTT, AA, N. 917.

destinava um lugar aos oleiros¹⁹, mas igualmente uma rede de feiras e mercados canalizavam a produção local, artigos domésticos, transportáveis²⁰;

— os braços da Ria de Aveiro articulavam-se, constituindo um meio de comunicação rápido e barato: especialmente do sul e sudoeste, vinham os carros de cal, madeiras e lenha, assim como os viajantes que de Coimbra preferiam vir a Aveiro, aproveitando as 5 léguas de barco por Ovar, em direcção ao Porto, em vez da estrada real²¹;

— o Porto é um destino conhecido para o séc. XVIII, organizando-se fluxos que encaminham a produção local²², funcionando ainda, aquela cidade, como entreposto em direcção a Viana e daqui mesmo à Galiza²³. Para estes destinos ía louça, tijelas calculadas em milheiros. Para Lisboa, na década de 40 do séc. XVIII, saíam tijolos para a Fábrica de Cobre de Paço D'Arcos²⁴. O Brasil era destino mais longínquo e eventual²⁵.

Mas Aveiro funcionava igualmente como receptora e distribuidora de produtos cerâmicos, provenientes de outros centros produtores; em

¹⁹ AMA-LV, n. 6, f.166 «Aranzel por onde se deve regular a cobrança dos assentos da Feira de Março», aproximadamente de 1719.

²⁰ As principais feiras à volta de Aveiro eram, segundo levantamento que fizemos, a partir das Memórias paroquiais das respectivas freguesias, entre parênteses, as de S.Amaro (Beduído-Estarreja), Alumieira (Loureiro), Fontinha (Segadães), Beco (Macinhata do Vouga), Vista Alegre (Ílhavo), Gândara (Vila de Cambra).

²¹ Cf. MATOS, Artur Teodoro de — *Transportes e comunicações em Portugal, Açores e Madeira, 1750-1850*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980, quadros relativos a itinerários nas Beiras. Havia uma barca da Misericórdia de Aveiro, arrendada, que fazia o transporte exclusivo de Aveiro para Ovar, como se pode ver nos livros de assentos ou de receitas da Misericórdia.

²² Em 1761, uma «escritura de sociedade de contrato» reunia vários oleiros da cidade: Bartolomeu Gaspar, Manuel da Silva, João da Cruz, João António, Francisco Coelho. O contrato pressupõe uma certa organização comercial: os diferentes sócios dispõem-se a vender em conjunto, em quotas rigorosamente iguais, a louça que produziam, na cidade do Porto: ADA-SN, Aveiro, n. 290, f. 42 a 43.

²³ Cf. CAPELA, Viriato — *Exportação de louça do Prado para a Galiza, 1750-1830*, Barcelos, Câmara Municipal, 1992, quadros das págs. 33 a 39 «Despachos de louça entrada na Alfândega de Viana, 1744-1831».

²⁴ AMA, Alfândega, n. 83.

²⁵ Cf. MACEDO, Borges — *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, 2.ª ed., Lisboa, Querco, 1982, p. 62, indica o registo de «formas de barro de Aveiro» entre os produtos exportados. A existência deste produto confirma-se por recentes achados arqueológicos colhidos no fundo da ria: Jornal «Público — Local», 23 de Fevereiro de 1996, p. 27 «Tesouros na Ria de Aveiro»; estas formas de pão de açúcar destinavam-se ao transporte de melaço. Nos meados do século passado um memorialista da cidade recordava esses objectos «que iam para o Brasil e que deixaram de ir desde o infelicíssimo tratado de 1810»: NEVES, Francisco Ferreira — *A memória sobre Aveiro do Conselheiro José Ferreira da Cunha e Sousa*, in «Arquivo do Distrito de Aveiro», v.6, Aveiro, 1940, p. 92.

finais do séc. XVII refere-se a entrada de louça de Castela, da Beira e de Coimbra²⁶. Esta última, ao longo da 1.ª metade do séc. XVIII, fazia do porto de Aveiro entreposto em direcção ao norte, e ainda circulava em grandes quantidades pelos portos fluviais e terras da Comarca²⁷. Tal facto se vai permitir a integração da indústria local em circuitos comerciais à distância, favorecendo a especialização, pode ter contribuído para tornar a produção aveirense sensível às transformações de preços e qualidades da louça de outras origens, nomeadamente da de Coimbra.

As expectativas de mudança

As alterações político-administrativas surgidas em Aveiro na 2.ª metade do séc. XVIII, transformaram-na em centro expectante das directrizes estatais, das correntes político-económicas emanadas do centralismo político vigente. Com efeito, com o processo de extinção da Casa de Aveiro, a então vila, foi elevada a cidade em 1759, centro de correição, a partir de 1760²⁸, cabeça de bispado desde 1774, por iniciativa do mesmo reinado de D. José²⁹.

Demograficamente, a cidade, ao longo do séc. XVIII, caracteriza-se por uma grande estabilidade do número dos seus habitantes: uma mortalidade acentuada mas que declina lentamente, ao longo do século, acompanhada por uma fecundidade medíocre. A cidade diminui até meados do século, recuperando então muito lentamente devido a dois factores de carácter demográfico: por um lado a diminuição da intensidade das crises de mortalidade, e por outro a tendência para um maior acolhimento de gentes num círculo predominante de 30 Km de raio³⁰.

²⁶ Cf. NEVES, Francisco Ferreira — *Subsídios para a História Económica...*, o.c., p.45

²⁷ Pelo mar, seguia para Peniche, e Viana, louça branca de Coimbra, juntamente com a louça vermelha de Aveiro: AMA, Alfândega, n.77, 80 e 83, confirmado em CAPELA, José Viriato — *Exportação de louça do Prado...*, o.c.. Pelos portos locais, da Ria e por terra, os Livros de Guias, até à altura em que o seu registo era obrigatório (1774), indica, nos anos em que fizemos sondagens, o seguinte movimento:

| | 1724 | 1755 | 1775 |
|--------------------------------|-------|-------|------|
| branca (dúzias) de Coimbra | 59930 | 31151 | 830 |
| vermelha (milheiros) de Aveiro | 33 | | |

²⁸ Cf. MADAHIL, A.G.da Rocha — *Milenário de Aveiro, ..., o.c.*, p. 586 e 588.

²⁹ Cf. GASPAR, P.º João Gonçalves — *A Diocese de Aveiro no século XVIII, um inquérito de 22 de Setembro de 1775*, Aveiro, 1974.

³⁰ Estes dados estamos a trabalhá-los a partir dos Registos Paroquiais.

A elevação a cidade e sede de comarca parece ter atraído gentes, pela necessidade de criação dum aparelho administrativo. O interesse pela reconstrução e navegabilidade da Barra de Aveiro³¹, a dinâmica de algumas actividades, como sejam a instalação das Fábricas de Algodão e de Louça, trouxeram gente ligada especificamente à sua laboração que se acomodam e constituem família³².

A existência de 6 conventos, para uma população de pouco mais de 3000 almas em meados do séc. XVIII (1758), pouco mais em inícios do séc. XIX (1801)³³, desenvolveu certamente o sector de serviços, captando mesmo uma população exterior à cidade³⁴.

Coincidindo com aquelas alterações político-administrativas, desde a década de 70, surge um conjunto de medidas no sentido de diversificar as restantes actividades económicas: pesca, indústria, comércio. A dinâmica do porto comercial, e sua navegabilidade, o acesso a barcos de maior porte, torna-se condição fundamental, na opinião dos contemporâneos, para o escoamento da abundância agrícola e salícola, a instalação de fábricas, entre as quais a de Cerâmica. Neste diagnóstico, apresentam-se os diferentes factores que justificariam a localização duma empresa:

— a necessidade de ultrapassar dificuldades passageiras, recuperando um passado glorioso de prosperidade³⁵;

— a existência de um mercado consumidor facilitado por baixos custos de transporte — *«a esta cidade descem os povos circum-vizinhos [...], pelos rios Cértima, Alfusqueiro e Vouga, em barcos, e por estes levam os mesmos géneros com muita pouca despesa»*³⁶

— o baixo custo da mão-de-obra e matérias-primas — *«esta cidade*

³¹ MENDES, Humberto Gabriel — *Cartografia e Engenharia da Ria e Barra de Aveiro no último quartel do séc. XVIII*, in «ADA», v. 40 e 41, Aveiro, 1974-1975.

³² Registos paroquiais indicam a presença de artistas ligados quer à Fábrica de Algodão, quer à de Louça; no segundo caso são oriundos de Afife de Valença, S. Salvador de Avilela, e Cabeceiras de Basto.

³³ Na MP de 1758, Aveiro contava com 3240 «almas», não se incluindo os menores de 7 anos; em 1801, era de 3793 habitantes, incluindo os menores: SOUSA, Fernando de — *A população portuguesa nos inícios do séc. XIX*, Porto, 1979, v. 1, p. 128. (policopiada)

³⁴ Cf. NEVES, Francisco Ferreira — *A Memória sobre Aveiro do Conselheiro...*, o.c., p. 87-88: as lavadeiras de roupa, e as padeiras de Vale de Ilhavo abasteciam a cidade.

³⁵ O mote é repetido frequentemente ao longo do séc. XVIII, mas destaca-se a reflexão em Vereação de 4 de Maio de 1774, ano de fundação da fábrica de «Louça Fina»: AMA, LV, n. 8, f. 177-177v.

³⁶ AHMOP, Cx. 8, Carta de correição de 11/11/1772.

e as povoações circunvizinhas são muito baratas, e isto é não pequena condição para o estabelecimento de Fábricas»³⁷

— a ocupação equilibrada de todos — *«pela imensidade de gente que se pode aplicar, segundo a boa ordem que se vai vendo na louvável aplicação destes povos ao comércio, às agriculturas, às fábricas, e manufacturas em benefício intrínseco deste Reino e exclusivo dos estrangeiros»³⁸.*

O surto industrializador

A fábrica de Louça Fina, surgiu no contexto industrializador de Pombal, pelas mesmas razões que acondicionaram outras instalações, inseridas no segundo «arranque industrial» a que se refere V. Magalhães Godinho³⁹: embaraços no escoamento dos produtos coloniais, afundamento dos preços, contracção das remessas de ouro, escassez de meios de pagamento, impuseram a promoção das manufacturas⁴⁰.

Nesta conjuntura, tinha já surgido em Aveiro, em 1771, a Fábrica de Algodão, pela mão de João Baptista Locatelli, que se tornou num exemplo típico da aplicação dum modelo de desenvolvimento industrial do poder central, sem resposta positiva a nível local: reflectiu-se, conflituosamente, nos hábitos da cidade, dividindo mesmo os seus moradores escandalizados pelos custos de instalação, atraindo outros pelas vantagens da inovação⁴¹. Em contrapartida, a Fábrica de Louça Fina surgiu discretamente, sem merecer grandes deliberações, quer a nível local, nos livros de vereação, quer a nível central, no que contrasta com outras fábricas de louça instaladas em Lisboa e Porto, por volta de 1769⁴².

De início, a Fábrica beneficiou apenas duma legislação geral que tendia a facilitar a circulação externa, considerando livres de todos os

³⁷ Ibid.

³⁸ AMA, LV, n. 8, f.177, sessão de 4/5/1774.

³⁹ Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães — *Prix et Monnaies au Portugal*, Paris, A. Colin, 1955, pag. 249 a 281.

⁴⁰ Perspectivas concordantes de Borges de Macedo e V. Magalhães Godinho, sintetizadas em PEDREIRA, Jorge — *Industrialização e flutuações económicas, preços, mercados e inovação tecnológica. Apontamentos e reflexões sobre o caso português (1670-1890)*, in «Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho», Lisboa, Sá da Costa, 1988, p. 278.

⁴¹ Cf. AMORIM, Inês — *Os poderes urbanos. face às mutações económicas: a Fábrica de Algodão de Aveiro — 1769/78*, in «Revista de História», 2.ª S, v. 11, Porto, Faculdade de Letras, 1992, p. 137 a 171.

⁴² Cf. MACEDO, Borges de — *A situação económica no tempo de Pombal*, 2.ª ed., Lisboa, Moraes Editores, 1982, p. 157.

direitos de entradas e saídas, entre os mais produtos, louças, tijolos e telhas (4/2/1773). Depois, no sentido duma aceleração da circulação interna, os produtos portugueses passaram a ser transportados livremente, sem serem acompanhados de guia (12/12/1774)⁴³. A Fábrica aparece referida na lista das Fábricas de 1788 como licenciada em 1775. Legalmente, esta data significa o reconhecimento da passagem de oficina a «manufatura». Só em 1789 a Fábrica vai requerer isenções específicas sobre as matérias-primas a serem utilizadas: «isenção de direitos por entrada nas Alfândegas destes Reinos para todos os materiais de que carecer na sua laboração, sendo porém estes sempre qualificados perante a minha Real Junta do Comércio»⁴⁴.

2 — A instalação da «Fábrica de Louça Fina»

Pensa-se que a Fábrica de “louça fina” de Aveiro teria surgido por volta de 1775⁴⁵. É bem provável que se tratasse apenas da evolução e aperfeiçoamento duma mais antiga, instalada na Quinta do Cojo, propriedade duma família da oligarquia local, produzindo artigos de barro branco, do género dos de Coimbra⁴⁶.

A designação de Fábrica de «Louça Fina», aparece como consequência do arrendamento das suas instalações, em 1774, a uma sociedade formada por Vicente Pedrossem da Silva, homem de negócio

⁴³ Cf. CAMPOS, José Roberto Monteiro — *Sistema ou Colecção de Regimentos Reais*, v. 2, p.132 e 148.

⁴⁴ AMA — n. 95, f.281: 20/4/1790; AHMOP-JC, n. 8 — Louça

⁴⁵ Cf. DIAS, Fernando de Carvalho — *A Relação das Fábricas de 1788*, Sep. Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito de Coimbra, Coimbra, 1955, p. 49.

⁴⁶ O documento relativo à renovação do arrendamento, em 1789, faz um historial do primeiro arrendamento, parecendo tratar-se da remodelação duma primeira unidade, bem mais antiga, difícil de datar: ADA-SN, Aveiro, L. n. 327, f. 25v-27. A corroborar esta suspeita, junte-se o que escreveu Rangel de Quadros, memorialista por excelência de Aveiro, que a propósito da Ordem Terceira de Aveiro, esclarece que João Rodrigues Branco, um dos Irmãos, «era além de proprietário, um comerciante e industrial de alguma importância e a ele se deveu a fundação da fábrica de loiça chamada do Cojo»: QUADROS, Rangel de — *Aveiro, Apontamentos Históricos-Ordem Terceira de S. Francisco*, v. 6, Aveiro, [recortes de jornal], s.d., p. 40-41. Este personagem surge na Alfândega de Aveiro, como procurador do Consulado, por volta de 1723-25: AMA, n. 94, f. 77. Desconhece-se a sua descendência, que poderia provavelmente conduzir a este José Rodrigues Branco de Melo Sampaio Guerra, cuja biografia ignoramos totalmente.

da cidade do Porto, com múltiplos interesses na cidade de Aveiro (rendeiro das sisas entre 1776 a 1781, ou interessado capitalista na Fábrica de Algodão)⁴⁷, e Januário Barreto Ferraz Teixeira Pimentel, da nobreza local, fidalgo cavaleiro da Ordem de Cristo⁴⁸. O primeiro, atestando o seu génio empreendedor, declarou, em 1775, ser-lhe «*indiferente estabelecer neste ou em qualquer outro porto de mar negócio avultado [...] e tendo já com a sua fábrica de louça dado um principio de estabelecimento de negócio, pretende ampliá-lo e estabelecer um ramo de negócio digno do mesmo nome*»⁴⁹.

Esta sociedade teria de tal forma suscitado confiança e promessas de renovação, que a própria vereação, em Maio de 1775, permitiu a abertura do esteiro do Cojo desde a Fábrica até à Ponte da Praça, acesso por barco à Barra, facilitando a «*condução de louça da dita Fábrica e dos materiais e lenhas para a mesma*»⁵⁰, ou seja, tal empreendimento trouxe mesmo alterações na estrutura urbanística da cidade.

Ano e meio após este contrato, em Outubro de 1776, Bento Ferreira Guimarães, João Ferreira de Sousa e João Mendes Ribeiro, por serem na altura rendeiros da décima e de outros tributos fiscais, além de mercadores

⁴⁷ A sua ligação à indústria textil passa inclusivamente por se tornar homem de confiança da vereação de Aveiro, ao se responsabilizar por fazer chegar, de Trás-os-Montes, estacas de amoreiras a serem semeadas na Comarca de Aveiro: AMA-L.V., n. 8, ss. 2/3/1772. Este Vicente Pedrossem de origem flamenga, era um dos mais ricos negociantes do Porto, como o atestam várias referências: GUERRA, Rui Moreira de Sá e — *As capelas ou vínculos instituídos no Convento de S. Francisco*, in «O Tripeiro», Outubro de 1966, p.312. SCHNEIDER, Susan — *O Marquês de Pombal e o Vinho do Porto*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, p. 134; MACEDO, Borges de — *A situação económica ...*, o.c., p. 139: apresenta uma lista dos accionistas da Companhia Geral de Agricultura dos Vinhos, onde se referencia o seu antepassado Pedro Pedrossem da Silva como dos maiores participantes; COSTA, P.º Agostinho Rebelo da — *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*, 1789, p. 38, refere a Quinta de Vicente Pedrossem, em Vilar, comparável às da nobreza portuense. PEIXOTO, Ana Sílvia A. de O.N. de Lemos — *História Social da Administração do Porto (1700-1750)*, Porto, Dissertação de Mestrado à Faculdade de Letras do Porto, 1991 [polic.], p. 70: Vicente Pedrossem da Silva, recebeu o foro de fidalgo cavaleiro em 1760, filho de Pedro Pedrossem, fidalgo da Casa Real.

⁴⁸ Pertencia não apenas à nobreza local e oligarquia dirigente, por ter sido sucessivamente, entre 1764 e 1777, almotacé, vereador, recebedor do dobro das sisas, recebedor da Mesa Grande da Alfândega, recebedor das terças da Comarca, do real d'água, sargento-mor das ordenanças e ainda, em 1778, candidato a Superintendente das Coudelarias, mas apresentava-se mesmo como «*fidalgó cavaleiro da Ordem de Cristo, Sargento-Mor das Ordenanças da cidade*»: AMA, LV, n.8, sessão de 13 de Abril de 1778.

⁴⁹ AMA-LV, n. 8, pag. 224.

⁵⁰ AMA-LV, n.7, ss. 17/5/1775.

de fardos de fazenda estrangeira e frequentadores de feiras em redor de Aveiro⁵¹, compraram, a Januário Barreto Ferraz Teixeira Pimentel, a metade que este tinha naquela fábrica, por dívidas que contraíra no incumprimento da décima. As dívidas ascendiam a pouco mais de 2 contos de réis, e incluíam *«toda a louça lavrada e por lavar que se faz e achar dentro das casas e armazéns da dita Fábrica como fora dela, e da mesma forma toda aquela que se achar na cidade do Porto ou embarcada para fora do Reino e Estados da América»*⁵².

Em 9 de Maio de 1789 renova-se o arrendamento por 10 anos, de toda a Fábrica, ao sobrinho do dito João Ferreira de Sousa, Bento João Ferreira de Sousa, *«cuja administração e aumento continuou»*, em consequência da renovação permitida pela Junta do Comércio datada do ano anterior⁵³. Também este era mercador, rendeiro das sisas, mesmo da oligarquia da cidade por desempenhar as funções de almotacé⁵⁴.

Este novo arrendamento terá marcado uma etapa curta, mas promissora, de introdução de técnicas novas. Em Abril de 1790, rendeiro e arrendatário, respectivamente como proprietário e administrador requereram, à Junta de Comércio, privilégios e isenções sobre materiais e produtos, no sentido de dinamizarem o consumo e a produção. Tais pedidos eram corroborados pelos pareceres do Provedor da Comarca, louvados e técnicos da Fábrica que alegavam:

— *«um grande consumo com povos daquela Comarca, assim pela comodidade dos preços porque as compravam como porque na conservação e aumento da mesma Fábrica, interessavam as muitas pessoas nela empregadas que adquiriam por este meio do seu trabalho a sua sustentação»*;

— *«aumento da sua louça de pintura e verniz que apenas se faz uma fornada que chegue para as muitas encomendas»*, *«mais fina e melhor vidrada e cintada que a de Coimbra»*;

— a divulgação de novas técnicas de que se encarregara João Pereira Bastos, administrador da fábrica, *«perito na arte de manufacturar*

⁵¹ João Ferreira de Sousa encabeçou uma sociedade recebedora da décima da cidade, entre 1771 e 1776: AMA, LV., n. 8.

⁵² ADA-SN., Aveiro, n.313, f. 76-79v. Esta escritura ignora a participação do outro sócio, Pedrossesem.

⁵³ ADA, SN, L, n. 327, f. 25v a 27.

⁵⁴ Mercador, frequentador de feiras à volta de Aveiro, recebedor das sisas de 1781 a 82, das sisas singelas de 84 a 85, da décima de 1773, depositário do dinheiro das obras da Barra, almotacé em 1784: AMA, LV, n. 8.

louça de várias qualidades, com diferentes vernizes e tintas», tendo ensinado vários aprendizes⁵⁵;

Dez anos mais tarde, em 1802, num relatório do corregedor de Aveiro, o administrador era então Custódio Ferreira da Silva e C.^a, figura ligada ao comércio da cidade, ao governo do município, e à arrematação das rendas fiscais⁵⁶.

A partir deste relatório verifica-se que a Fábrica se encontrava dividida em 2 secções, correspondendo mesmo a locais diferentes, sob a mesma administração, muito provavelmente operada na década anterior, quando da introdução da pintura⁵⁷ e muito provavelmente do vidrado, condição tecnológica responsável por classificação de louça fina. Veja-se a mão de obra envolvida na laboração:

| QUADRO 1 | | |
|---|-----------------|----------------------|
| Pessoal da Fábrica de Louça de Aveiro em 1802 | | |
| | Fábrica do Cojo | Fábrica no Cais Novo |
| pintor | 2 | 2 |
| oficial da roda | 1 | 1 |
| enformador | 1 | 1 |
| aprendizes | 2 | - |
| serventes | 2 | 3 |
| Total* | 8 | 7 |

* acrescente-se ainda número indeterminado de «carreiros na condução de barcos».

Fonte: AHMOP-JC, n.12, 12/6/1802

A Fábrica foi avaliada como estando em decadência, situação que

⁵⁵ Por uma petição que este dirige à Junta do Comércio, de Maio de 1789, registada em Julho de 1789, João Pereira Bastos suplica licença para estabelecer na cidade uma segunda fábrica de louça nas mesmas condições de outra erigida na cidade do Porto. Porém, no ano seguinte, o proprietário e administrador, ao pedirem privilégios, alegam terem recentemente introduzido um sector de pintura e envernizamento da louça. Pensamos que a iniciativa do técnico que trabalhava na Fábrica tivesse sido integrada ou absorvida pela outra: AHMOP. JC, Cx.8. Este João Pereira Bastos, está registado nos Livros Paroquiais de Aveiro, em 26 de Outubro de 1782, como padrinho de baptismo, apresentando-se como mestre da Fábrica de Louça, e em 27 de Fevereiro de 1799, também como padrinho, fabricante de Louça: ADA, RP, Freguesia de S.Miguel.

⁵⁶ Foi procurador do concelho no ano de 1796, ANTT-MR, n. 386. Em 1788 e pelo menos até 1790, rendeiro das sisas: AMA-LV, n. 8, ss. 29/12/87.

⁵⁷ José Queiroz, referira a existência de 2 fábricas, que Marques Gomes, estudioso da cerâmica aveirense desmentiu, como sintetiza RODRIGUES, Manuel Ferreira — *A indústria cerâmica em Aveiro (final do séc.XIX — início do séc.XX)*.

não mais ultrapassará porque, no ano de 1814, um novo balanço classifica-a como em declínio⁵⁸.

Em suma, podemos encontrar 3 fases de desenvolvimento, apesar de, manifestamente, nos basearmos num reduzido conjunto de fontes históricas, aquelas que conseguimos localizar:

1.^a Fase: 1774/1789 — instalação com nítidas dificuldades por parte dos arrendatários, que passaram a empresa, quase de imediato, para gente saída do comércio e finanças, com alguns investimentos a nível de instalações; vende-se para Porto e mesmo fora do Reino;

2.^a Fase: 1789/? — impulso tecnológico, com introdução de pintura e verniz, e possível ampliação de instalações para o Cais Novo, dividindo-se em duas secções; pede-se a protecção régia; refere-se o objectivo de superar a produção de Coimbra;

3.^a Fase: ?/1814 (?) — redução da produção e mão de obra; vende-se apenas para o Reino; pelo menos no ano de 1805/6 confirma-se a saída de louça pela Barra de Aveiro.

3 — Um projecto bloqueado

Como se constata, no contexto de uma actividade artesanal, tradicionalmente organizada em tendas de olaria, originando mesmo bairros de oleiros, surge a palavra, a instituição Fábrica, reunindo capitais, gente, técnicas novas, com um fluxo de novidades, um espírito de renovação igual ao que o Reino parece indicar, mas que acaba por sofrer um bloqueamento entre as quatro vertentes da sua instalação: a origem do capital, a concorrência de outras instalações, a firmeza das tradicionais, as contradições do mercado. Vejamos cada uma delas:

A origem dos capitais

Como se viu atrás, o capital inicial resultou da sociedade de um homem de negócio do Porto, imbuído de uma dinâmica mercantil plurisectorial, com um representante da nobreza local. Porém, no espaço de um ano, rapidamente o investimento se transformou em dívida.

Contribuição para o seu estudo, in «Revista Portuguesa de História», t. 25, Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra, 1990, p. 163-166. É provável que a criação de pintura permitisse a divisão em duas secções que correspondiam, fisicamente a dois espaços, mas sob a mesma administração.

⁵⁸ AHMOP, JC, n. 12, 1814.

Tratou-se portanto, duma ligação ocasional, que poderia ficar por aqui, pela penhora, se não fosse o espírito comercial e negocial dos novos administradores. Estes, na sua globabilidade, foram homens do meio mercantil, todos envolvidos em negócios de maior raio, importadores de fardos de fazenda, que vendiam em lojas de Aveiro, ou mesmo em feiras próximas⁵⁹. Ligados ao fisco, arrematavam rendas municipais ou estatais, e mesmo senhoriais, numa polivalência de interesses, que lhes permitia alianças com o crédito, de que resultavam negócios vultuosos, caso da Fábrica de Cerâmica⁶⁰. Este percurso crescentemente capitalizado, permitiu concretamente que o administrador e rematante João Ferreira de Sousa, fosse designado como «mercador» em 1765 e, já em 1773 «homem de negócio»⁶¹.

Conhecedores dos mercados, locais, regionais e mesmo coloniais através das ligações à cidade do Porto, interessam-se pelo desenvolvimento da Fábrica, alargando as instalações, introduzindo técnicas de pintura, aconchegados pelo mercado que pareciam conhecer. Sem o sucesso esperado, o capital empregue revela-se um pesado encargo, sobretudo quando se compara com os montantes necessários à laboração de

⁵⁹ Nos 2 cortes cronológicos nos livros de registo de guias de portos secos, posteriores à legislação de 1774 que só exigia guias para produtos importados, relativos aos anos de 1775 e 1786, encontram-se a tirar guias para as feiras em redor de Aveiro: ANTT, AA, n. 800-1775, n. 838-1786. Os mesmos reclamam em Dezembro de 1778, ao Superintendente Geral da Alfândegas do Norte por não estar a ser cumprida a legislação alegando que pagavam já os direitos habituais de entrada sobre mercadorias importadas, devendo estar isentos de pedirem guias para circularem nas «feiras que se fazem no interior todos os meses à volta de 3 léguas [aproximadamente 15 Km]»: AMA-Registo da Alfândega, n. 95, f. 157v.

⁶⁰ A Companhia que arrematou a Fábrica, tendo à cabeça João Ferreira de Sousa, envolvia vários negócios como se percebe por uma escritura de 1759: 2 lojas de tecidos de lã e seda, armazéns, casas esterqueiras (de fazer estrume doméstico, vendido para as hortas em redor de Aveiro), rendas das freguesias de Valongo do Vouga, por 6 anos, Macinhata do Vouga, por 3, Frossos por 4: ADA, SN, Aveiro, n. 287, f. 48 a 55, Agosto de 1759.

⁶¹ AMA, LV, n. 8.

qualquer olaria. A «estatística», de inícios do séc.XIX, prova-o. Veja-se o «Mapa de todas as Fábricas», de 1814:

| QUADRO 2 | | | | |
|--|--------|----------|--|----------|
| Unidades de cerâmica de Aveiro em 1814 | | | | |
| Proprietário | Mestre | Oficiais | Gêneros empregues | Capital |
| Domingos J.F.Barbosa | 1 | 5 | barro, vidro, chumbo, tintas, estanho, lenha | 2000.000 |
| José António Resende | 1 | — | barro, lenha | 60.000 |
| João dos Santos Gamelas | 1 | — | barro, lenha | 20.000 |
| Bento dos Santos Ventura | 1 | — | barro, lenha | 80.000 |
| João da Graça Ventura | 1 | — | barro, lenha | 20.000 |

Fonte:AHMOP-JC, n.12, 1814

Neste ano, a louça era classificada como «vulgar» e «grosseira», ou seja, sem vantagens sobre a produção tradicional, porque perante as matérias-primas exigidas e a mão-de-obra empregue, naturalmente que os custos por peça, desencorajavam o futuro da laboração.

A concorrência

A Fábrica de Louça de Aveiro data da mesma altura de muitas outras em Lisboa (1769), Viana do Castelo (1770), Porto (1780), Coimbra (1785)⁶². Todas estas, surgidas debaixo do privilégio régio, com participação da Junta do Comércio, foram bafejadas pelo alvará de 8 de Junho de 1769, de isenção da décima e meneio por 10 anos⁶³. Não a de Aveiro, que só tardiamente, em 1790, pede isenções sobre a entrada de matérias-primas⁶⁴.

Qualquer uma das fábricas referidas se instalou num meio de tradição cerâmica. De Lisboa, são conhecidas, internacionalmente as louças aí produzidas, com a marca «da Índia», exportadas para toda a Europa⁶⁵. De Viana, a louça dita do Prado saía para a Galiza, fomentando a

⁶² Cf. MACEDO, Borges de — *A situação económica...*, o.c., p. 157; DIAS, Fernando de Carvalho — *A relação das Fábricas...*, o.c., p. 49-50.

⁶³ Cf. Id., *Ibid*, p. 49, MACEDO, Borges — *A situação económica...*, o.c., p. 155: Lista das fábricas instaladas com participação da Junta do Comércio, em consequência do alvará de 8/6/1769.

⁶⁴ AHMOP-JC, n. 8, 20/4/1790.

⁶⁵ Cf. BAART, Jan M. — *Ceramic consumption and supply in early modern Amsterdam: local production and long-distance trade*, in «Work in towns, 850-1850, Leicester, University Press, 1990, p.74 a 85: refere a grande produção, em Lisboa, de louça a imitar a da Índia, que tinha grande apreço em Amesterdão, sendo lentamente substituída por uma produção local, a partir de 1500.

instalação daquela fábrica, ou mesmo de outras em Tuy, imitando a primeira⁶⁶. Em Gaia, multiplicam-se as instalações, antecipando-se cronologicamente, pela sua organização em «fábricas», à de Lisboa⁶⁷.

Mas o polo produtivo de Coimbra, parece ser a sombra maior ao escoamento da louça de Aveiro, objecto mesmo duma atenção constante por parte dos administradores da Fábrica, observadores dos fluxos saídos daquela cidade. Coimbra, não só possuía uma tradição de louça vermelha, e branca (11 fábricas), como desenvolveu, pelo menos desde 1768, como refere o memorialista da Academia de Ciências, Manuel Dias Baptista, louça de «*outra espécie a que chama fina*». Para tal, contavam mesmo com o empenho do «Laboratório Químico da Universidade»⁶⁸. Depois, em 1784/85, Vandelli instalou-se com bastante eficiência em Coimbra, e pouco mais tarde em Vila Nova de Gaia, numa dinâmica crescente⁶⁹.

A firmeza das tradicionais olarias

Apesar da novidade que a Fábrica de Louça Fina representou para o mundo das olarias de Aveiro, estas não desapareceram, tal como sucedeu, por exemplo, em Coimbra. Prova-o o facto de serem referenciadas a propósito do registo de cartas de «examinação de ofícios de oleiro», em 1787⁷⁰, e ainda avaliadas em 1814 como vimos atrás (quadro 2).

Podemos então concluir que a produção tradicional continuava a satisfazer as necessidades de consumo local, porque a nível regional parece ter diminuído o seu escoamento precisamente desde a década de

⁶⁶ Cf. PEREZ VIDAL, José — *La ceramica popular Española, zona Norte*, Barcelos, Museu de Olaria, Câmara Municipal, Cadernos de Olaria 1, 1983, p. 89. CAPELA, José — *Exportação de louça do Prado...*, o.c.

⁶⁷ Cf. QUEIRÓS, José — *Cerâmica portuguesa e outros estudos*. Organização, apresentação, notas e adenda iconográfica de José Manuel Garcia e Orlando da Rocha Pinto, Lisboa, Presença, 1987, p. 103: cap. II — Porto e Gaia.

⁶⁸ Cf. BAPTISTA, Manuel Dias — *Ensaio de uma descrição física e económica de Coimbra e seus arredores*, in «Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1789-1815, 1. vol., Lisboa, Banco de Portugal, 1990, p. 221. Por outro lado, alguns artistas haviam desenvolvido de tal forma a sua criatividade e qualidade de trabalhos que confundiram cronologias, como é o caso de Manuel da Costa Brioso (o Brioso): «atribuíram-se por muito tempo a Vandelli as faianças de Brioso, sem base alguma que justificasse tal atribuição [...] O Dr. Domingos Vandelli enceta os seus trabalhos sobre a cerâmica em Portugal cinco anos depois da data em que Brioso assinou uma das suas melhores peças conhecidas, a travessa [de 1779]», in QUEIRÓS, José — *Cerâmica portuguesa...*, o.c., p. 133.

⁶⁹ Id., *Ibid.*, p. 116.

⁷⁰ AMA, n. 1682, f. 448v, 450: Pedro Lopes Quaresma e João António da Silva Patacão, ambos em 1787.

70 do séc. XVIII⁷¹. Contudo, tal não significa que a louça fina da Fábrica tivesse substituído a vermelha nos circuitos de maior raio, tanto mais que as peças produzidas seriam, à partida, mais raras e o preço substancialmente superior. Embora não tenhamos preços ou róis comparativos, o facto do proprietário exigir, como complemento da renda, um conjunto de peças produzidas na Fábrica, é sinal da sua originalidade, raridade, requinte e, certamente, valor económico: anualmente, 4 dúzias de louça «sendo prato e tijela comum de vidro ordinário», dentro dos 10 anos do arrendamento, «dois aparelhos de chá finos», 4 jarros e bacias de água, 2 finos e 2 ordinários, 6 terrinas «todas finas» com respectivos pratos⁷²

Admitamos que, localmente, alguma difusão se fez sentir, até pela existência de 6 conventos, ou pela instalação dum corpo burocrático associado à passagem de Aveiro a cidade e centro de Comarca que captou e fixou juízes de fora, corregedores, provedores, superintendentes da Barra. Está-se porém muito longe dos argumentos optimistas dos responsáveis pela Fábrica, em 1790, que alegavam em defesa do privilégio de isenções alfandegárias o «*grande consumo pelos povos daquela Comarca*». Mesmo em Lisboa, para onde a Fábrica enviou alguma mercadoria⁷³, parece certo que o consumo de louça fina só se teria acelerado no séc. XIX, porque no século anterior a louça da Índia e China, pelo menos em Lisboa, só lentamente perdera o seu prestígio⁷⁴. A confirmar esta preferência, note-se que quando, por alvará de 7/11/1770, se proíbe a entrada de louças estrangeiras, foi exceptuada a da Índia, entrada em navios portugueses⁷⁵.

As contradições do mercado

A dificuldade maior era perceber a articulação entre a produção e a procura dum mercado interno ou colonial, os efeitos da concorrência, a necessidade em manter, tecnicamente, uma louça fina, de qualidade, a preços competitivos. Paradoxalmente, como escreve o corregedor de

⁷¹ O mercado de Viana era destino habitual da louça vermelha de Aveiro e da de Coimbra como se viu atrás. Ora, desde 1770 que entra naquele porto cada vez menos louça de Aveiro, enquanto se mantém o fluxo da de Coimbra: Vd. CAPELA, Viriato — *Exportação de louça de Prado...*, o.c., quadros das p. 33 a 39.

⁷² ADA, SN, Aveiro, n. 327, f. 26v.

⁷³ Em 1805, ainda se refere a saída de louça «da Fábrica» para o «Reino», sem se especificar concretamente o destino, ou quantidades: ANTT-AA, n. 917.

⁷⁴ Vd. MADUREIRA, Nuno Luis — *Cidade: espaço e quotidiano*, Lisboa, 1740-1830, Livros Horizonte, 1992, p. 192-193.

⁷⁵ DIAS, Fernando de Carvalho — *A relação das Fábricas...*, o.c., p. 50

Aveiro, em 1802, classificando a louça de «ordinária», explicava a sua decadência pela muita concorrência, mas numa contradição evidente insistia na falta de meios para desenvolver a produção: «*pelas muitas que há de semelhantes géneros de que resultam empates na exportação e por falta de meios dos proprietários para maior laboração*»⁷⁶.

Sente-se o difícil equilíbrio entre os factores que presidiram à instalação desta fábrica e a incompreensão dos mecanismos de mercado, restando como único sentido para a sua perpetuação, a aplicação e ocupação das gentes «*que adquiriam por este meio o seu trabalho e sustentação*».

Conclusão

As conclusões estão aquém dos objectivos propostos, em grande parte devido ao carácter disperso e lacunar das fontes. Com efeito, a Fábrica de Louça Fina surge registada laconicamente nos quadros «estatísticos» de inícios do séc. XIX⁷⁷. Tais Inquéritos sendo, sem dúvida, alicerces para a reconstrução das antigas estruturas industriais, remetem, simultaneamente, para um aprofundamento de casos, que embora inseridos numa conjuntura político-económica nacional, têm um cariz local exigindo uma minuciosa reconstrução documental. Entre estas duas formas de fazer história há, parece-nos, uma necessária união⁷⁸ e daí a nossa preocupação pela reconstrução de fontes de diferente natureza mas que resulta numa percepção mais qualitativa do que quantitativa da realidade.

A Fábrica de «Louça Fina» caracteriza-se brevemente: iniciativa particular, num meio bem enraizado na cerâmica, mão de obra hábil, capitais privados substanciais, mas não suficientes, bafejada tardiamente pelo sopro do privilégio régio, breve renovação tecnológica, mercado alargado até ao Brasil.

Constatou-se que a sua instalação se verificou num espaço familiarizado com o trabalho do barro, à imagem do que aconteceu noutros espaços cerâmicos (Viana, Coimbra), reunindo capitais de meios

⁷⁶ AHMOP-JC, cn. 12, 12/6/1802.

⁷⁷ Vd. PEDREIRA, Jorge Miguel — *Estrutura sectorial e regional da indústria portuguesa: estatística e cartografia. Os inquéritos industriais da Junta do Comércio (1815-1825)*, in «Revista de História Económica e Social», n. 27, Lisboa, Sá da Costa, 1989, p. 95 a 135.

⁷⁸ Vd. JACQUART, Jean — *Histoire générale, histoire locale*, in «Guide de l'histoire locale», Paris, Seuil, 1990, p. 32.

mercantis, desenvolvendo tecnologias novas, desenhando e aproveitando fluxos comerciais pré-existentes. A sua instalação não trouxe o desaparecimento da forma tradicional de produção de barro vermelho absorvida pelo mercado local; se esta produção declina as razões serão certamente outras.

Parce-nos mesmo que a Fábrica de Aveiro apostou numa produção flexível adaptada aos mercados de escoamento: por um lado produzia louça semelhante à das olarias, por outro produzia «louça fina» para um segmento de mercado de qualidade, que lhe vai permitir ostentar o título de Fábrica e pedir privilégio real.

Parece certo que esta como outras fábricas de cerâmica, mesmo as surgidas na vizinha Galiza, produtoras de louça elegante, fundadas no séc. XVIII, surgiram no calor duma política económica geral, que sem adquirirem firmeza e estabilidade, voltaram a extinguir-se quando tal conjuntura desapareceu⁷⁹.

A conexão entre esta Fábrica e as que surgiram no séc. XIX, torna-se, por agora, difícil de provar⁸⁰. Contudo, parece ter sido experiência que serviu certamente para aferir das possibilidades de novas instalações, ao demonstrar que, tecnicamente futuras fábricas, nomeadamente a da Vista Alegre, bem próxima de Aveiro, exigiam mão de obra especificamente preparada, não bastando o prévio contacto com o barro vermelho⁸¹.

⁷⁹ Vd. PEREZ VIDAL, José — *La Ceramica popular española...*, o.c., p. 9.

⁸⁰ Vd. RODRIGUES, Manuel — *A indústria cerâmica em Aveiro...* o.c., p. 170, refere, na constituição da Fábrica da Fonte Nova, embora por curto prazo, o nome de João Gonçalves Gamelas, cujo apelido surge em 1814 como se pode ver no Quadro 2.

⁸¹ Vd. GOMES, Marques — *A Vista Alegre...*, o.c., p. 33: «com o fim de criar artistas hábeis para as duas fábricas de porcelana e vidro, fundou em 1826 o Sr. José Ferreira Pinto Basto, na Vista Alegre um colégio com o internato, onde se ensinava, além dum dos misteres da fábrica, instrução primária e música».

Cerâmica e vidro
núcleos identificados

